DISSERTAÇÃO MODELO

Caminhos para conter o stalking – o crime de perseguição virtual

No contexto da sociedade conectada, a internet ampliou as possibilidades de comunicação e acesso à informação. Contudo, essa expansão também trouxe contradições, pois a mesma estrutura que aproxima pessoas favorece práticas violentas, como o stalking, tipificado como crime no Brasil em 2021. Nesse cenário, destaca-se a necessidade de refletir sobre duas dimensões fundamentais do problema: a cultura de autoexposição nas redes e a assimetria de gênero que torna mulheres as principais vítimas da perseguição virtual.

Em primeiro lugar, a facilidade de obtenção de dados pessoais na internet contribui para a proliferação do crime. Sobre isso, um estudo publicado na revista Science (2015) demonstra que grande parte dos usuários subestima o grau de rastreabilidade a que está submetida ao expor fotos, rotinas e localizações. Tal desconhecimento cria um ambiente propício para que perseguidores coletem informações e utilizem ferramentas digitais, como montagem de imagens e perfis falsos, para ameaçar ou manipular suas vítimas. Assim, a ausência de educação digital e de mecanismos eficientes de denúncia dificulta a interrupção do ciclo de violência.

Além disso, é imprescindível reconhecer que o stalking reproduz desigualdades estruturais. Segundo o Pew Research Center, mulheres entre 18 e 24 anos são os alvos mais frequentes de perseguição e assédio graves no ambiente digital. Isso ocorre porque a lógica patriarcal — já presente fora das redes — encontra na tecnologia novas formas de vigilância e controle. Assim, práticas machistas que antes se restringiam ao âmbito privado agora se ampliam no espaço virtual, comprometendo a saúde mental e a liberdade de mulheres que convivem com ameaças constantes.

Diante do exposto, torna-se indispensável adotar medidas articuladas. Para isso, o Ministério da Educação deve inserir, nos currículos escolares, módulos permanentes de educação midiática que abordem privacidade digital e prevenção a crimes virtuais, utilizando materiais audiovisuais e simulações práticas como meio de capacitar jovens para o uso seguro da internet. Paralelamente, cabe ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em cooperação com o Ministério das Mulheres, promover a formação continuada de policiais e peritos em investigação digital, garantindo equipes especializadas capazes de acolher vítimas e identificar agressores com rapidez. Por meio dessas ações, será possível reduzir a incidência do stalking e fortalecer a segurança das relações no ambiente virtual.

Por Luís Felipe Ferrari
Coordenador Pedagógico da Redigir